

**LEIA COM ATENÇÃO!!!!**

Considerando que o presente edital foi obtido diretamente na página de internet da Prefeitura de Cêu Azul, deverá ser encaminhado, devidamente preenchido, o recibo abaixo.

O recibo deverá ser encaminhado para o fax 45-3121-1000 ou para o e-mail licitacao@ceuazul.pr.gov.br. Devendo ser confirmado o recebimento.

Caso não seja recebido o recibo pelo Dpto de Licitações, o departamento ficará impossibilitado de encaminhar os comunicados ou alterações pertinentes a licitação, não cabendo qualquer alegação.

Atenciosamente,

Departamento de Licitações.

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO Nº 36/2021 –M.C.A. – Forma (PRESENCIAL)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE BOCA DE LOBO, MANUTENÇÃO DE CALÇADA E MEIO FIO, CAPINA MANUAL DE ERVAS DANINHAS EM GRAMADOS, CANTEIROS, TERRENOS E CALÇADAS, PODA E REMOÇÃO DE ÁRVORES, OBSERVADAS AS CARACTERÍSTICAS DE DEMAIS CONDIÇÕES DEFINIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS (REGISTRO DE PREÇOS COM VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES).

DATA E HORA DA ABERTURA: 07/05/2021 às 08:30 horas.

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

PESSOA CONTATO: _____

Acusamos o recebimento do edital da referida licitação e tomamos conhecimento das condições de participações e fornecimentos dos produtos/serviços;

Atenciosamente,

Carimbo do CNPJ

Assinatura e nome

**EDITAL DE REGISTRO DE PREÇOS**

PREGÃO Nº 36/2021 –M.C.A. – Forma Presencial

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO Nº 116

O **MUNICÍPIO DE CÊU AZUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.206.473/0001-01, torna público para conhecimento, dos interessados, que realizará **Registro de Preços** licitação na modalidade **Pregão Presencial**, do tipo “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, em conformidade com: a Lei Federal nº 10.520, de 17 de junho de 2002, o Decreto Municipal nº 1.863/2006, o Decreto Municipal nº 1.864/2006, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, para o **Registro de Preços de serviços de limpeza de boca de lobo, manutenção de calçada e meio fio, capina manual de ervas daninhas em gramados, canteiros, terrenos e calçadas, poda e remoção de árvores, observadas as características de demais condições definidas no edital e seus anexos (Registro de preços com vigência de 12 (doze) meses)**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Observação quanto a participação:

Os lotes 1, 3 e 4, são exclusivos para participação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI);

O lote 2 é de ampla concorrência, com possibilidade de participação de empresa de qualquer porte, com prioridade de contratação de ME, EPP e MEI;

A presente licitação atende ao contido na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, na Lei Complementar Municipal nº 001/2015, e destina-se a participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), nos lotes 1, 3 e 4;

As ME, EPP e MEI, sediadas no Município de Cêu Azul, terão prioridade de contratação sobre as empresas de outras localidades, com o pagamento de valor de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido. Em conformidade com o Artigo 50 Inciso 1 da Lei Complementar Municipal nº 001/2015 e Parágrafo Terceiro do Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 alteração pela Lei Complementar 147/2014. Entende-se melhor preço válido aquele obtido após a fase de lances e após negociação direta do pregoeiro com o fornecedor de menor lance;

Justificativa para Pregão Presencial: Em face da realização do pregão presencial em detrimento ao pregão na forma eletrônica, justifica-se diante da existência de diversas ME, EPP e MEI sediadas localmente no município com possibilidade de execução dos serviços. Assim de forma a fomentar o fortalecimento dessas empresas através das políticas públicas desenvolvidas através de contratações por meio de licitações, cujos benefícios são majorados para a sociedade local quando os serviços são prestados por empresas localmente instaladas, que utilizam mão de obra local, onde os recursos dispendidos pela Administração são revertidos ao comércio local e geração de emprego e renda local, promovendo o fortalecimento do comércio, gerando maiores benefícios a localidade, conforme preconiza e legislação, em especial a Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal nº 1/2015. Bem como, decorrente da limitada capacidade e conhecimento técnico dos microempreendedores e empresários de ME e EPP em operar sistemas informatizados (portal de licitações eletrônicas) para sua participação, ficando limitada a participação quando da realização da licitação na forma eletrônica e fomentada quando da realização na forma usual e presencial. Assim diante do poder discricionário do gestor, determino que se proceda a licitação na forma presencial, com aplicação dos benefícios as ME, EPP e MEI previstos na legislação, e com prioridade para contratação de empresas locais, conforme legislação.

**1. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

1.1 - A sessão pública do Pregão Presencial ocorrerá no dia **07/05/2021**, às **08:30 horas**, na sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Cêu Azul /PR, sito na Av Nilo Umberto Deitos, 1426 - Centro.

1.2 - Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão ocorrerão no primeiro dia útil subsequente em que houver funcionamento da Prefeitura do Município de Cêu Azul/PR.

1.3 - No dia, hora e local designado, será realizada sessão pública para:

- Credenciamento dos interessados ou de seus representantes legais (Modelo - anexo VI);
- Recebimento de declaração de cumprimento com os requisitos de Habilitação, (Modelo - Anexo II)
- Recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação dos

licitantes:

d) Análise das propostas de preços para fins de classificação dos licitantes para a etapa de apresentação de lances verbais;

e) Realização da etapa de apresentação de lances verbais;

f) Classificação das propostas de preços;

g) Avaliação dos documentos habilitatórios do(s) licitante(s) que tiver(em) apresentado a(s) melhor(es) proposta(s);

h) Recebimento de eventual(is) recurso(s); e

i) Adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, no caso de inexistir recurso.

2. AQUISIÇÃO DO EDITAL

2.1 - O Edital da presente licitação encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações localizado no Paço Municipal, localizado na Av. Nilo Umberto Deitos, 1426, Centro, de segunda a sexta feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 e informações pelo telefone 45-3121-1000, e-mail: licitacao@compras.pr.gov.br.

3. DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo II - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Anexo III - Memorial Descritivo / Relação e especificações dos serviços;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Artigo 7º Inciso XXXIII, da Constituição Federal;

Anexo V - Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração;

Anexo VI - Modelo de Termo de Credenciamento;

Anexo VII - Modelo de Ata de Registro de Preços;

Anexo VIII - Modelo de Declaração de Micro-empresa e empresa de pequena Parte;

Anexo IX - Modelo de Declaração de Nepotismo;

4. OBJETO

4.1 - A presente licitação tem por objeto, **Registro de Preços de serviços de limpeza de boca de lobo, manutenção de calçada e meio fio, capina manual de ervas daninhas em gramados, canteiros, terrenos e calçadas, poda e remoção de árvores, observadas as características de demais condições definidas no edital e seus anexos (Registro de preços com vigência de 12 (doze) meses)**, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos

4.2 - Conforme constante no Anexo III.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s), dos órgão e unidades participantes do presente registro de preços de preços, compreendendo

| Fonte | Cód. Cat. Econ. | Cód. Desp. | Nome da Categoria Econômica | NOME DA UNIDADE |
|-------|-----------------|------------|--|----------------------------|
| 0 | 3390303900 | 3668 | DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR | DPTO OBRAS E VIAS PUBLICAS |

Em outros possíveis desdobramentos orçamentários, a serem indicados quando da solicitação dos serviços.

**6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1 - Poderão participar desta licitação empresas que:

Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

Atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital; e

Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.

Poderá participar da presente licitação exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Portes, MEI para os lotes nº 1, 3 e 4. Ampla concorrência com empresa que qualquer porte para o Lote 2;

6.1.1 - Será admitida a participação de empresas sem representante presente na sessão, a qual deverá encaminhar os envelopes até a data e hora da sessão, compreendendo: credenciamento (cópia do contrato social e declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação), envelope nº 1 - proposta de preços e envelope nº 2 - habilitação. Sendo assim, considerados apenas os preços constantes na proposta escrita;

6.2 - É vedada a participação de:

a) Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, federal, estadual ou municipal; Será inabilitada a licitante inscrita como impedido de licitar na condição de inidônea por qualquer órgão público, ou suspensa de licitar junto ao Município de Cêu Azul, através da consulta dos impedidos de licitar nos sites: do TCE- PR, TCU, CNIA, CEIS e CADIN-PR.

c) Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Prefeitura do Município de Cêu Azul/PR;

d) Empresas com falência decretadas ou concordatárias; e

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - O licitante deverá apresentar, fora dos envelopes "1" (Proposta de Preços) e "2" (Documentos de Habilitação), **declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação**, de acordo com modelo constante no Anexo II deste Edital, que deve ser entregue assinado por seu representante legal da empresa participante.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

8.1 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope devidamente fechado (Envelope nº 1), contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa

ENVELOPE nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

MUNICÍPIO DE CÊU AZUL/PR

PREGÃO Nº

(NOME COMPLETO DO PROPONENTE - ENDEREÇO - CNPJ)

8.2 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada preferencialmente conforme modelo constante no Anexo I deste Edital, obedecendo às seguintes condições:

a) Deve ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente;

b) Não deve conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas que dificultem sua análise;

c) Deve conter nome, endereço, CNPJ do licitante, assim como, preferencialmente, endereço completo, telefone ou fax e endereço eletrônico, se houver, para contato;

d) Deve conter identificação do número do Pregão; e

e) Deve ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador na sua última página e rubricada nas demais páginas.

8.3 - A Proposta de Preços deverá conter:

a) Descrição completa, detalhada, individualizada e precisa dos serviços objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas neste Edital e em seus Anexos;

b) Indicação dos valores, com no máximo 02 (duas) casas decimais, (dois dígitos após a vírgula, ex. R\$ 0,00);

c) Indicação do preço unitário do item, total do item e global da proposta;

d) Data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa.



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuzul.pr.gov.br

e) Indicação do prazo de validade das propostas de preços apresentadas, que será de no mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão: caso o proponente não informe o prazo de validade da proposta será automaticamente considerado o prazo de 60 (sessenta) dias;

f) considerando que o julgamento da licitação é pelo menor preço por lote, ao apresentar proposta para o lote deverá automaticamente cotar todos os itens constantes no lote, sob pena de desclassificação;

8.4 - Nos preços unitários deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas relacionadas a execução dos serviços, bem como técnicos, epi's, ferramentas, equipamentos, materiais necessários para os serviços conforme para cada item de serviço, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação.

8.5 - A apresentação da Proposta de Preços pelo licitante implica na aceitação:

a) Do prazo de pagamento, de acordo com o item 22.

b) Das demais condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

9.1 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados separadamente da Proposta de Preços, em envelope devidamente fechado (Envelope nº 2), contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE nº 2 (HABILITAÇÃO)

MUNICÍPIO DE CÊU AZUL/PR

PREGÃO Nº 36/2021

DATA DE ABERTURA: 07/05/2021, às 08:30 horas

(NOME COMPLETO DO PROPONENTE)

ENDEREÇO – CNPJ

9.2 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio. Os documentos poderão ser autenticados inclusive na própria sessão do Pregão mediante a apresentação de original. O pregoeiro ou sua equipe de apoio poderá fazer diligência durante a própria sessão do Pregão para a verificação e constatação da autenticidade de documentos, ou quando estes não estiverem autenticados, junto aos documentos de cadastro de fornecedor do Departamento de Licitações ou outros meios;

9.3 - Os documentos deverão ser entregues, preferencialmente, na sequência indicada nos itens abaixo, a fim de permitir celeridade na sua conferência e no seu exame.

9.4 - Os licitantes, devem apresentar os documentos conforme o item 9.6 ou 9.7, conforme o caso

9.5 – Conforme prevê a Lei Complementar nº. 123/2006. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatório, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição**. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, as mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não-regularização da documentação no prazo legal implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.6. As empresas **que não possuem CRC – Certificado de Registro Cadastral**, deverão apresentar os seguintes documentos:

| |
|--|
| I - Ato constitutivo: Contrato Social, Registro Comercial ou Estatuto . - Contrato Social e todas as alterações após a consolidação, no caso de empresa Ltda.; Registro Comercial em caso de empresa individual e/ou Microempreendedor Individual. - Estatuto no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; Obs. Dispensada a apresentação se apresentado na fase de credenciamento; |
| II – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão de CNPJ). |
| III - Comprovação de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (cadastro e/ou comprovante) ou Cadastro Municipal (alvará), se houver. |
| IV - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Certidão Negativa de inscrição em Dívida Ativa da União OU Certidão Negativa Conjunta, com abrangência as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único |



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuzul.pr.gov.br

do art. 11 da lei 8.212/9

V - **Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual**, da sede da empresa, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;

VI - **Comprovante de regularidade para com a fazenda municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais;

VII - **Comprovante de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF**.

VIII - **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (em conformidade com a Lei 12.440 de 7 de julho de 2013)

IX - **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. (não será aceita negativa com data de emissão superior a 60 (sessenta) dias);

X - **Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal** (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei nº. 9.854. (Conforme Modelo Anexo IV)

XI - **Declaração de idoneidade (Anexo V)**

XII - **Declaração de Nepotismo (Anexo IX)**

9.7. As empresas com CRC – **Certificado de Registro Cadastral**, dentro do prazo de validade, deverão apresentar os seguintes documentos:

| |
|---|
| I - Certificado de Registro Cadastral emitido pelo município de Cêu Azul, ou outro órgão de Administração Pública (Governo Federal – SICAF, Governo Estadual, Distrito Federal ou de Municípios) em vigência e emitido em conformidade com o disposto na Lei 8.666/93. |
| II - Ato constitutivo: Contrato Social, Registro Comercial ou Estatuto ; - Contrato Social e todas as alterações após a consolidação, no caso de empresa Ltda.; Registro Comercial em caso de empresa individual e/ou Microempreendedor Individual. - Estatuto no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. Obs. Dispensada a apresentação se apresentado na fase de credenciamento; |
| III - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal mediante: apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Certidão Negativa de inscrição em Dívida Ativa da União OU Certidão Negativa Conjunta, com abrangência as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da lei 8.212/9 |
| IV - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual , da sede da empresa, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais; |
| V - Comprovante de regularidade para com a fazenda municipal , mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais; |
| VI - Comprovante de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF . |
| VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (em conformidade com a Lei 12.440 de 7 de julho de 2013) |
| VIII - Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei nº. 9.854 (Conforme Modelo Anexo IV). |
| IX - Declaração de idoneidade (Anexo V) |
| X - Declaração de Nepotismo (Anexo IX) |

10. REQUERIMENTOS DE ESCLARECIMENTOS EM RELAÇÃO AO EDITAL

10.1 - É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, no endereço mencionado no subitem 10.3. abaixo

10.2 - O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

10.3 - O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida a autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no setor de Licitação da Prefeitura do Município de Cêu Azul, durante o horário normal de expediente, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas

10.4 - Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

10.5 - As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consultante



11. SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AO EDITAL OU PARA SUA IMPUGNAÇÃO

11.1 - É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento para que sejam tomadas providências em relação ao Edital e seus Anexos ou para que sejam eles impugnados, desde que seja protocolado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, no endereço mencionado no subitem 11.2 abaixo.

11.2 - O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida à autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no setor de licitação da Prefeitura do Município de Cêu Azul/PR, durante o horário normal de expediente.

11.3 - A decisão sobre o pedido de adoção de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento do requerimento, passando ela a integrar, juntamente com o requerimento que lhe deu origem, os autos do processo.

11.4 - Desde que implique modificação(ões) do ato convocatório do Pregão e/ou de seus Anexos, o acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), designação de nova data para a realização do certame e divulgação da mesma forma dada ao ato convocatório original.

12. CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE

12.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos

a) Se o representante da empresa for seu sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, o credenciamento será feito mediante a apresentação do original ou de cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação pessoal, ou

b) Nos demais casos, o representante da empresa deve apresentar instrumento público ou privado de procuração (modelo anexo VI) com reconhecimento de firma, sempre acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar o licitante em todas as etapas do Pregão, conduzir as seguintes ações.

12.2 - Na hipótese de apresentação de instrumento particular de procuração, deve ser comprovada a capacidade e competência do outorgante para constituir mandatário, o que será feito por meio de apresentação de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica.

12.3 - O não comparecimento de representante ou a ausência da documentação referida nos subitens 12.1 Letras "a" ou "b", conforme o caso, ou a sua apresentação em desconformidade com as exigências, impossibilitará a participação do representante na fase de apresentação de lances do Pregão, mantido o preço apresentado na proposta escrita para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

12.4 - O não comparecimento de representante ou a sua ausência em qualquer momento da sessão, ficará a empresa submissa às decisões do pregoeiro, precluindo, inclusive o direito à recurso; neste caso, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço, será mantido o preço apresentado na proposta escrita da empresa.

12.5 - Os documentos de credenciamento serão retidos pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e juntados ao processo administrativo

13. RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES

13.1 - Tão logo se encerre a etapa de credenciamento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio receberá dos agentes credenciados a declaração de que o licitante cumpre os requisitos de habilitação.

13.2 - No caso do interessado ou do representante legal não apresentar a declaração, ele poderá solicitar formulário próprio ao Pregoeiro para fazê-lo, procedendo em seguida ao seu preenchimento e assinatura.

13.3 - A ausência da referida declaração, a recusa em assinar a declaração fornecida pelo Pregoeiro ou a sua apresentação em desconformidade com a exigência deste Edital inviabilizará a participação do licitante no Pregão.

13.4 - Recebida e aceita pelo Pregoeiro a declaração mencionada no subitem 13.1, proceder-se-á ao recebimento dos Envelopes nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação).

a) A ausência de identificação na parte externa dos envelopes, conforme solicitado nos subitens 8.1 e 9.1 deste Edital, não constitui motivo para desclassificação do licitante, cujo representante legal presente à sessão pode providenciar a devida identificação.

14. ABERTURA DO ENVELOPE nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

14.1 - O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, mantendo intactos, sob sua guarda os envelopes contendo a documentação de habilitação.

a) Se, por equívoco, for aberto o envelope contendo os documentos de habilitação, o Pregoeiro deve lacrá-lo sem analisar seu conteúdo, recolhendo a rubrica dos presentes sobre o lacre.

14.2 - O Pregoeiro corrigirá automaticamente quaisquer erros aritméticos encontrados nas propostas, procederá ao cálculo do preço global da proposta, se este não estiver expresso, e irá considerar apenas 2 (duas) casas decimais, desprezando as demais.

14.3 - A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura e/ou indicação de marca/modelo nas declarações expedidas pelo próprio licitante ou na proposta poderá ser suprida pelo seu representante legal presente à sessão.

14.4 - O Pregoeiro deverá analisar as propostas de preços dos licitantes, considerando o disposto neste Edital.

14.4.1 - considerando que o julgamento da licitação é pelo menor preço por lote, ao apresentar proposta para o lote deverá automaticamente cotar todos os itens constantes no lote, sob pena de desclassificação.

14.5 - Poderá ser desclassificada a Proposta de Preços em que a falha implique no julgamento, a proposta que:

a) Não cumprir o disposto nos subitens 8.2, 8.3 e 8.4 deste Edital;

b) Oferecer vantagem não prevista neste Edital;

c) Apresentar preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;

d) Apresentar preço manifestadamente inexequível ou com erro que seja inviável do aproveitamento da proposta;

e) não apresente proposta para todos os itens constantes no lote;

14.6 - A seguir, o Pregoeiro procederá à classificação provisória das propostas de preços para cada item/lote, começando pela proposta com o menor preço e terminando com a proposta com o maior preço.

14.7 - Após a análise da condição do item 14.6, o Pregoeiro classificará para participar da etapa de apresentação de lances verbais o autor da proposta com o menor preço e todos os licitantes que tenham apresentado propostas de preço no máximo, 10% (dez por cento) superiores ao menor preço ofertado.

14.8 - Quando não forem verificadas, no mínimo três propostas escritas de preços nas condições do subitem 14.7, o pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de três, incluindo a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

14.9 - Havendo um único licitante ou uma única proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, mediante justificativa, pela suspensão do Pregão, inclusive para melhor avaliação das regras do Edital e de seus Anexos e das limitações do mercado, ou pela repetição do Pregão ou, ainda, pela sua continuidade, desde que não haja prejuízos à Administração.

15. APRESENTAÇÃO DE LANCES VERBAIS

15.1 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando-se a etapa com o lance do autor da proposta classificada de maior preço, vindo a seguir os lances dos demais classificados, em ordem decrescente de preço, sendo que o licitante que ofereceu a proposta de menor preço será o último a oferecer lance verbal.

15.2 - Havendo disposição do licitante para oferecer lance, este deve, obrigatoriamente, propor preço menor.

15.3 - Não poderá haver desistência de lances já ofertados, exceto mediante justificativa.

15.3.1 - Em caso de ocorrência, o licitante desistente sujeita-se às penalidades previstas neste Edital.

15.4 - A desistência de um licitante de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará sua exclusão da etapa de apresentação de lances verbais e a manutenção do último preço por ele ofertado para fins de posterior ordenação das propostas.

15.5 - A etapa de apresentação de lances verbais será declarada encerrada pelo Pregoeiro quando todos os licitantes declinarem da formulação de novo lance. Procedendo, o Pregoeiro, em seguida negociação com a empresa de menor lance para obter preço mais vantajoso para a Administração;

15.6 - Se nenhum licitante oferecer lance verbal, o Pregoeiro poderá aceitar a proposta escrita de menor preço, se ela atender todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e se os preços forem compatíveis com os preços praticados no mercado, devendo o Pregoeiro, também, negociar para que seja obtido preço menor.

15.7 - Da mesma forma, havendo durante a etapa de apresentação de lances verbais uma única oferta, o Pregoeiro poderá aceitá-la se ela atender todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e se os preços forem compatíveis com os preços praticados no mercado, devendo o Pregoeiro, também, negociar para que seja obtido preço menor.

**16. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

16.1 - Declarada encerrada a etapa de apresentação de lances verbais, o Pregoeiro procederá à nova classificação das propostas, incluindo propostas selecionadas ou não para essa etapa, na ordem crescente de preços.

16.2 - Para proceder à classificação em cada lote, o Pregoeiro considerará:

a) O último preço ofertado, no caso dos licitantes selecionados para a etapa de apresentação de lances verbais ou quando microempresa e empresa de pequeno porte;

b) O preço contido na proposta escrita, no caso;

c) Dos licitantes não classificados para a etapa de apresentação de lances verbais, e os classificados para a etapa de apresentação de lances verbais, mas que não apresentaram nenhum lance;

d) **Para o Lote em que houver a participação e classificação em primeiro lugar de empresa não enquadrada como ME, EPP ou MEI, será analisada a prioridade de contratação de das ME, EPP e MEI, quando ocorrer o empate ficto. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso. A microempresa ou empresa de pequeno porte considerada empatada e mais bem classificada deverá ser convocada, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 5 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão;**

e) **Para lote/item em que houver a participação de empresas ME, EPP ou MEI de localidades de fora do Município de Céu Azul, será analisada a prioridade de contratação para as empresas ME, EPP ou MEI locais de Céu Azul, conforme previsto no Artigo 50 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 001/2015 e Parágrafo Terceiro do Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 alteração pela Lei Complementar 147/2014. Assim, quando o menor preço obtido for de empresa de fora do Município de Céu Azul e não de empresa ME, EPP ou MEI local de Céu Azul, será verificado se alguma empresa ME, EPP ou MEI local teve preço dentro da margem de 10% acima no menor preço obtido através de empresa de outra localidade. Constatado preço dentro da margem de 10% o lote/item será adjudicado em favor da ME, EPP ou MEI local de Céu Azul no valor por ela apresentada, sendo desconsiderado o preço menor obtido através da ME, EPP ou MEI de outra localidade. Em caso de a margem do preço ficar superior a 10% o item será adjudicado em favor da empresa ME, EPP ou MEI de outra localidade detentora do menor preço.**

16.3 - Ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito, sendo facultado a ele negociar visando obter menor preço.

16.3.1 - A decisão do Pregoeiro será baseada na comparação do preço unitário obtido com os preços atuais praticados no mercado ou com os preços ofertados em licitações anteriores, sendo que as informações utilizadas na sua decisão devem ser anexadas aos autos do processo.

16.4 - O Pregoeiro poderá, também, solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços unitários propostos, devendo o licitante estar pronto para prestar informações sobre os custos, inclusive com apresentação de planilhas e demonstrativos que justifiquem sua proposta.

16.5 - Em caso de não apresentação ou de insuficiência das informações mencionadas no subitem anterior, o Pregoeiro poderá desclassificar o licitante, devendo para isso promover despacho fundamentado, que será anexado aos autos do processo, examinando a proposta do licitante classificado na sequência.

17. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DEFINIÇÃO DO VENCEDOR E RECURSOS

17.1 - Superada a etapa de classificação das propostas e de análise da proposta de preço do licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro abrirá o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante, procedendo à verificação dos respectivos documentos, de acordo com as seguintes condições:

a) É facultado ao licitante, apenas durante esta etapa da sessão pública, sanear falha(s) formal(is) relativa(s) à documentação de habilitação, com a apresentação, encaminhamento ou substituição de documentos ou com a verificação realizada por meio eletrônico, fac-símile ou, ainda, por qualquer outro meio que venha a surtir o(s) efeito(s) indispensável(is);

b) Não cabe a Prefeitura qualquer responsabilidade em caso de os meios eletrônicos mencionados no inciso anterior não estarem disponíveis no momento da sessão;

c) A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pelo próprio licitante ou na proposta poderá também ser suprida pelo seu representante legal presente à sessão;

d) É assegurado aos demais licitantes o direito de proceder ao exame dos documentos habilitatórios do licitante classificado em primeiro lugar, assim como de rubricá-los;

e) Constituem motivos para inabilitação do licitante, ressalvada as hipóteses de saneamento da documentação previstas nos subitens "a" e "c":

I) A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

II) A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, exceto quando se enquadrar no benefício da Lei Complementar nº 123/2006;

III) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidões exceto quando se enquadrar no benefício da Lei Complementar nº 123/2006.

IV) O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

17.2 - Havendo a inabilitação do licitante, poderá ser aplicada a multa prevista neste Edital.

17.3 - Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, e procederá à análise dos seus documentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o disposto neste Edital e em seus Anexos, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

17.4 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital e em seus Anexos, o licitante será declarado vencedor do item/lote.

17.5 - Declarado o vencedor, ou vencedores, qualquer licitante, classificado ou não para a etapa de apresentação de lances verbais, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cabendo ao Pregoeiro respeitar os seguintes procedimentos:

a) Após registrar o evento em ata, o Pregoeiro pode acatar o recurso e reformar sua decisão ou, em caso de não o acatar, conceder prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da realização do certame, para apresentação das razões do recurso pelo recorrente, que deve ser enviada ao Pregoeiro, no setor de Licitação da Prefeitura do Município de Céu Azul.

b) Intimar os demais licitantes a apresentar seus argumentos contra o recurso em igual número de dias, contados a partir do término do prazo concedido ao recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos do processo, que permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local e horário mencionados no subitem "a".

c) O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

d) Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra as suas decisões, assim como encaminhá-los para a autoridade competente proceder ao julgamento e decidir sobre o seu acolhimento;

e) Cabe à autoridade competente o julgamento do recurso;

f) O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento; e decididos os recursos no prazo de 02 (dois) dias úteis e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente deverá proceder à adjudicação e a homologação;

17.6 - A falta de manifestação imediata e motivada por parte dos licitantes importará a decadência do direito de recurso e será efetuado a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto da licitação ao licitante vencedor ou aos licitantes vencedores.

17.7 - Os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes desclassificados e dos licitantes classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia do Pregoeiro e sua equipe de apoio até a efetiva formalização da contratação.

17.8 - Em caso de não haver tempo suficiente para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação dos licitantes em um único momento ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, o Pregoeiro determinará a suspensão da sessão, registrando os motivos em ata, e, posteriormente, convocará os licitantes para a continuidade da sessão em outra data.

A suspensão dos trabalhos somente poderá ocorrer, em qualquer hipótese, após o Pregoeiro ter declarado encerrada a etapa de apresentação de lances verbais do lote ou item que estiver em curso a disputa.

O Pregoeiro deverá também manter sob sua guarda os envelopes contendo os documentos habilitatórios dos licitantes, devidamente rubricados por ele e pelos licitantes, devendo re-exibi-los na reabertura da sessão.

18. HOMOLOGAÇÃO

18.1 - Encerrada a sessão pública, a autoridade competente:

a) Efetuará a análise do processo, e se houver recurso(s), efetuará a adjudicação e homologação do resultado do Pregão;

b) Inexistindo recursos, homologará o resultado do Pregão.



18.2 - Homologada a licitação será providenciada a assinatura da Ata de Registro de Preços e ou Contrato.

18.3 - A recusa injustificada do(s) adjudicatário(s) em assinarem a Ata de Registro de Preços e ou Contrato caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

19. PRAZO E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

19.1 - Após a conclusão do processo licitatório e a efetiva homologação por parte do Prefeito Municipal, será formalizado perante as partes a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com prazo de validade dos preços registrados por 12 (doze) meses. A partir da qual a Administração poderá formalizar contratações/aquisições conforme as necessidades;

19.2 - O proponente que tenha seus preços registrados poderá ser convocado para firmar as contratações ou aceitar a ordem de serviços decorrentes do registro de preços, no prazo de validade do sistema, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8666/93.

19.3 - O Município de Céu Azul poderá, quando convocado o primeiro classificado e este não assinar o contrato ou não aceitar outro instrumento equivalente, convidar os classificados subsequentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o edital de licitações, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº 8666/93.

19.3.1 - O licitante que não mantiver a proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não receber a Ordem de Serviços / Empenho, será aplicada a penalidade de multa de 10% do valor da proposta e suspensão de participar de licitação com o Município de Céu Azul por até 2 (dois) anos.

19.4 - A indicação do orçamento anual para fazer face a despesa, dar-se-á no ato de solicitação formal da execução dos serviços do objeto proposto.

20. PREÇO

20.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

20.2 - O preço Unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como: técnicos, epi's, ferramentas, equipamentos, materiais necessários para os serviços conforme para cada item de serviço, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação

20.3 - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade da Proposta, exceto em face a fato superveniente e desconhecido das partes.

20.4 - O valor máximo global estimado para esta licitação é de **RS 402.373,90 (quatrocentos e dois mil trezentos e setenta e três reais e noventa centavos)**

21. CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO

21.1 - Os serviços deverão ser executados no município de Céu Azul, no prazo estabelecido para cada lote de serviços, conforme a solicitação formal pela Administração Municipal, na quantidade solicitada, no local indicado na ordem de serviços, sendo que os serviços serão solicitados parceladamente conforme a necessidade da Administração Municipal, tendo como período de solicitação o prazo de vigência do presente registro de preços, que é de 12 (doze) meses. Considerando que a presente licitação é um Registro de Preço a mesma gera apenas expectativa de execução dos serviços, não gerando obrigatoriedade de aquisição de toda a quantidade pela Administração Municipal.

21.2 - Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas à execução dos serviços, como: técnicos, epi's, ferramentas, equipamentos, materiais necessários para os serviços conforme para cada item de serviço, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação, conforme especificação dos serviços

21.3 - Todo serviço que apresente má qualidade, executado de forma irregular ou insatisfatório, deverá ser referido imediatamente pelo fornecedor. Quando os serviços ofertados pelo proponente forem considerados de qualidade ruim e desta forma não atenda as necessidades de desempenho e qualidade esperados e desejados pela Administração Municipal, poderá ser cancelado o item, mesmo após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

21.4 - Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade executada é menor que a constante na nota fiscal deverá ser imediatamente complementada.

21.5 - Todas as hipóteses dos itens 21.3 e 21.4 são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e instauração de processo de notificação e apuração de irregularidades, podendo culminar na aplicação de penalidade e rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços.



22. PAGAMENTO

22.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega das notas fiscais, bem como o aceite dos serviços executados, caso ocorra algum fato constante no item 21.3 e 21.4, o pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

22.2 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário em conta do fornecedor

22.3 - A Nota Fiscal não aprovada será devolvida ao fornecedor para as necessárias correções, apontando-se os motivos que motivaram sua rejeição.

22.5 - A Prefeitura do Município de Céu Azul, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

22.6 - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes da execução dos serviços.

23. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1 - São obrigações do Município de Céu Azul:

a) Permitir o acesso de funcionários da empresa às suas dependências, para a entrega das Notas

Fiscais/Faturas:

b) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes à execução dos serviços que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

c) Impedir que terceiros executem os serviços objeto deste Pregão;

d) Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

e) Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

23.2 - Caberá ao fornecedor, para a perfeita execução dos serviços do objeto descrito neste Edital e em seus Anexos, o cumprimento das seguintes obrigações:

a) Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte, fretes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação, bem como pelos danos causados a Administração ou a terceiro por sua culpa ou dolo durante a execução dos serviços;

b) Ser responsável pelos danos causados diretamente à Prefeitura do Município de Céu Azul ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços objeto;

c) Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Prefeitura do Município de Céu Azul.

d) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços executados;

e) Comunicar por escrito à Prefeitura qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

23.3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:

a) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência da Prefeitura;

b) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência, e assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão. Devendo o contratado manter em vigência dos documentos de habilitação solicitados no edital, durante a vigência do contrato;

c) A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem 23.3., não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Céu Azul;



d) Manter a regularidade fiscal, exigida na habilitação da licitação, durante a vigência do registro de preços

24. PENALIDADES

24.1 - O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação pela Administração, garantido o contraditório e a ampla defesa à beneficiária da presente ata, das seguintes sanções, independente de outras previstas:

I - Multa moratória, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento) na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação por parte da beneficiária da ata na seguinte proporção:

1.1 - de 1% (um por cento) sobre o valor total do pedido, por atraso injustificado, de 1 (um) dia;

1.2 - de 3% (três por cento) sobre o valor total do pedido, por atraso injustificado, de 2 (dois) dias;

1.3 - de 6% (seis por cento) sobre o valor total do pedido, por atraso injustificado, de 3 (três) a 5 (cinco) dias;

1.4 - de 10% (dez por cento) sobre o valor total do pedido, por atraso injustificado, acima de 5 (cinco) dias;

1.5 - no caso de reincidência:

1.5.1 - do item 1.1 será aplicada a multa do item 1.2;

1.5.2 - do item 1.2 será aplicada a multa do item 1.3;

1.5.3 - do item 1.3 será aplicada a multa do item 1.4;

1.5.4 - do item 1.4 a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do pedido;

II - Multa compensatória, de até 20% (vinte por cento), sobre o valor da parte inadimplida, nas seguintes hipóteses, entre outras:

Fraude na execução do objeto registrado;

Comportamento inidôneo;

Cometimento de fraude fiscal;

III - O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata, apresentar documentação falsa, deixar de entregar os documentos exigidos no certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal de Cêu Azul;

24.2 - A partir do 6º (sexto) dia útil de atraso injustificado da entrega estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no inciso II do item 24.1.

24.3 - O valor da multa poderá ser descontada do pagamento a ser efetuado ao fornecedor.

24.3.1 - Esgotados os meios administrativos para a cobrança do valor devido pelo fornecedor à Administração, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

24.4 - A sanção prevista no inciso II do item 24.1 poderá ser aplicada cumulativamente com as multas previstas nos incisos I e II do mesmo item.

24.5 - Caso o prejuízo exceda o valor da multa do inciso II do item 24.1 fica autorizado ao credor exigir indenização suplementar.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato



e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante contratada, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

26. FÓRUM

26.1 - As questões decorrentes da execução deste Pregão que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Fórum da Comarca de Matelândia/PR; com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cêu Azul, 22 de abril de 2021.

LAURINDO SPEROTTO
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE CEU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000
CNPJ 76.206.473/0001-01 e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

ANEXO I

(razão social, endereço completo, telefone, "fac-simile" e CNPJ/MF)

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta de Preços referente Pregão nº 36/2021 – M.C.A. – forma Presencial

(Local), ___ de _____ de _____.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^{as} nossa proposta de preços relativa ao Registro de Preços de serviços de limpeza de boca de lobo, manutenção de calçada e meio fio, capina manual de ervas daninhas em gramados, canteiros, terrenos e calçadas, poda e remoção de árvores, observadas as características de demais condições definidas no edital e seus anexos (Registro de preços com vigência de 12 (doze) meses), objeto do Pregão nº 36/2021

Lote nº _____

| Lote | Item | Qtde Estimada | Unid. | Descrição do serviço | R\$ unitário | R\$ total |
|----------------------------|------|---------------|-------|----------------------|--------------|-----------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| <i>Valor total do Lote</i> | | | | | | |

O prazo de validade da proposta de preços é de _____ (*mínimo 60 dias*) dias a partir da data de recebimento das propostas de preços pela comissão de licitação.

Declaramos que os serviços serão executados em conformidade com as especificações e características solicitadas no Edital.

Atenciosamente.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)



MUNICÍPIO DE CEU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000
CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao Pregoeiro do Município de Ceu Azul

Pregão nº 36/2021

O representante legal da Empresa _____, CNPJ/MF N° _____, sediada na Rua _____, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO N° 36/2021, instaurado pelo Município de Ceu Azul, declara para os fins de direitos que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2021

Nome do Representante Legal:
CI-RG
CPF/MF

(Carimbo do CNPJ)

**MUNICÍPIO DE CÊU AZUL**

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br**ANEXO III****Pregão nº 36/2021 - Forma Presencial****TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO****PROJETO BÁSICO / MEMORIAL DESCRITIVO****DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS****1 – SECRETARIA SOLICITANTE:**

- Secretaria de Viação Obras e Urbanismo

2 – OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Registro de Preços de serviços de limpeza de boca de lobo, manutenção de calçada e meio fio, capina manual de ervas daninhas em gramados, canteiros, terrenos e calçadas, poda e remoção de árvores, observadas as características de demais condições definidas no edital e seus anexos (Registro de preços com vigência de 12 (doze) meses).

2.1 – Itens de serviços objeto da presente licitação:**Lote 1 - Serviços de limpeza de boca de lobo**

Participação exclusiva de ME, EPP e MEI

| Lote | Item | Qtde Estimada | Unid. | Descrição do Serviço | Valor Máx. Unit. | Valor Total |
|------------------------------|------|---------------|----------------|--|------------------|-------------|
| 1 | 1 | 500 | Unid. | Serviço de limpeza de boca de lobo , compreendendo: - Remoção da tampa ou grade, para acesso para limpeza; - Limpeza da caixa coletora e tubo de escoamento da água até a perfeita desobstrução; - Fechamento da tampa ou grade; - Descarte do resíduo em local adequado e ambientalmente correto (no aterro sanitário); | 99,36 | 49.680,00 |
| 1 | 2 | 250 | Unid | Serviço de fixação de grade de boca de lobo , (compreende a fixação da grade da boca de lobo, nos locais onde a grade é chumbada, compreendendo a fixação no formato e padrão anteriormente instalada) | 59,01 | 14.752,50 |
| 1 | 3 | 100 | M ² | Serviço de confeção de tampa de caixa de boca de lobo, com malha de ferro e espessura de 8 cm. (compreende a confecção das tampas de caixa de boca de lobo que estejam danificadas ou se danifique no momento da remoção para execução da limpeza. Não será objeto de pagamento as tampas danificadas por imperícia ou falta de zelo dos trabalhadores no momento da remoção) | 150,00 | 15.000,00 |
| Valor total máximo do Lote 1 | | | | | | 79.432,50 |

Especificação dos serviços:

- Os serviços deverão ser executados pela contratada, através de seus trabalhadores pertencentes ao seu quadro societário ou vínculo de trabalho com a empresa, utilizando-se de ferramentas, equipamentos, máquinas e uso de EPI's;
- Os serviços deverão ser executados na quantidade solicitada pela Administração, nos locais indicados na ordem de serviço. **Tendo como prazo de execução de até 5 dias úteis para pedidos de limpeza de até 10 bocas de lobos e de 15 dias úteis para pedidos de limpeza acima de 10 bocas de lobo.** Sendo que os ser-

**MUNICÍPIO DE CÊU AZUL**

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

viços serão solicitados conforme necessidade e demanda da Administração. Sendo a quantidade apenas uma estimativa.

- Todos os materiais e equipamentos, necessários para execução dos serviços deverão estar previstos no valor unitário proposto;
- Todos os materiais necessários para chumbar as grades, deverão ser previstos nos preços do item 2. Caso a grade esteja danificada a Administração fornecerá grade nova para instalação pela empresa.
- Todos os materiais necessários para confecção das tampas, como: cimento, areia, pedrisco, malha de ferro e outros possivelmente necessários, deverão estar previstos no valor unitário; A confecção da tampa da caixa se faz necessária no local ou sob medida, pois existem diversos tipos de tamanhos de caixas. Assim o pagamento da tampa confeccionada será pelo seu tamanho efetivamente confeccionado tomando por referência o valor do metro quadrado.
- Os serviços executados em vias ou espaços públicos devem ser sinalizados com cones para alerta, a fim de evitar acidentes;

Lote 2 - Serviços manutenção de calçadas e meio fio

Participação qualquer porte de empresa – ampla concorrência com prioridade para contratação de ME, EPP e MEI

| Lote | Item | Qtde Estimada | Unid. | Descrição do Serviço | Valor Máx. Unit. | Valor Total |
|------|------|---------------|----------------|---|------------------|-------------|
| 2 | 1 | 500 | M ² | Serviço de manutenção de calçada em lajota sextavada ou paver com reaproveitamento das lajotas ou paver , compreendendo: - Remoção das lajotas ou paver, - Regularização do terreno com terra, compactação, camada de pedrisco. - Reassentamento das lajotas ou paver - Rejunte com massa ou areia conforme o caso; | 37,00 | 18.500,00 |
| 2 | 2 | 500 | M ² | Serviço de confeção/manutenção de calçada em paver de 3 cm , com fornecimento do paver, compreendendo: - Regularização do terreno com terra, compactação, camada de pedrisco. - Fornecimento e assentamento do paver - Rejunte com areia; | 83,00 | 41.500,00 |
| 2 | 3 | 500 | M ² | Serviço de confeção/manutenção de calçada em paver de 5 cm , para tráfego de veículos, com fornecimento do paver, compreendendo: - Regularização do terreno com terra, compactação, camada de pedrisco. - Fornecimento e assentamento do paver - Rejunte com areia; | 89,00 | 44.500,00 |
| 2 | 4 | 500 | M ² | Serviço de confeção/manutenção de calçada em concreto 5 cm , com fornecimento do concreto, compreendendo: - Regularização do terreno com terra, compactação, camada de pedrisco e concretagem. | 36,49 | 18.245,00 |
| 2 | 5 | 100 | M ² | Serviço de confeção/manutenção de calçada em paver guia tátil , com fornecimento do paver guia, compreendendo: - Regularização do terreno com terra, compactação, camada de pedrisco. - fornecimento e assentamento do paver - Rejunte com areia; | 290,00 | 29.000,00 |

**MUNICÍPIO DE CEÚ AZUL**

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb Deitos, 1426 - Centro - CEP 85840-000 - Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 - e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

| | | | | | | |
|------------------------------|---|-----|--------------|---|-------|------------|
| 2 | 6 | 300 | Metro Linear | Serviço confeção de meio fio novo , compreendendo: - Remoção do meio fio danificado. - Confeção de meio fio novo | 30,74 | 9.222,00 |
| 2 | 7 | 200 | Metro Linear | Serviço reforma de meio fio danificado, compreendendo: - reparo do meio fio existente mas danificado, de forma a manter a estrutura do meio apenas promovendo os reparos necessários. | 20,00 | 4.000,00 |
| Valor total máximo do Lote 2 | | | | | | 164.967,00 |

Especificação dos serviços:

- a) Os serviços deverão ser executados pela contratada, através de seus trabalhadores pertencentes ao seu quadro societário ou vínculo de trabalho com a empresa, utilizando-se de ferramentas, equipamentos, máquinas e uso de EPI's;
- b) Todos os materiais necessários para manutenção ou confecção das calçadas e meio fio, como: paver, lajotas, cimento, areia, pedrisco, cal e outros possivelmente necessários, deverão estar previstos no valor unitário;
- c) Os serviços deverão ser executados na quantidade solicitada pela Administração, nos locais indicados na ordem de serviço. Tendo como prazo de execução de até 5 dias úteis para pedidos de manutenção de até 500 m² ou metro linear e de 15 dias úteis para pedidos de manutenção acima 500 m² ou metro linear. Sendo que os serviços serão solicitados conforme necessidade e demanda da Administração; Sendo a quantidade apenas uma estimativa.
- d) Todos os materiais e equipamentos, necessários para execução dos serviços deverão estar previstos no valor unitário proposto;
- e) Os serviços executados em vias ou espaços públicos devem ser sinalizados com cones para alerta, a fim de evitar acidentes;
- f) Após a execução dos serviços o local deve ser deixado limpo, sem resíduos ou detritos

Lote 3 - Serviços limpeza manual de gramados, capina manual de terreno e canteiros**Participação exclusiva de ME, EPP e MEI**

| Lote | Item | Qtde Estimada | Unid. | Descrição do Serviço | Valor Máx. Unit. | Valor Total |
|------------------------------|------|---------------|----------------|--|------------------|-------------|
| 3 | 1 | 54.000 | M ² | Serviços de limpeza manual de gramados, capina manual ou regularização de terra de canteiro, limpeza manual de calçadas ou pavimentação com pedra irregular , conforme especificado | 1,46 | 78.840,00 |
| Valor total máximo do Lote 3 | | | | | | 78.840,00 |

Especificação dos serviços:

- a) Serviços de **limpeza manual de gramados, capina manual ou regularização de terra de canteiro, limpeza manual de calçadas ou pavimentação com pedra irregular**, compreendendo:
- * Serviço de **limpeza manual de gramados**, compreendendo
- Remoção manual de ervas daninhas em gramados, arrancado ou capinado com enxada, evitando ao máximo a degradação da grama
 - O resíduo capinado deve ser rastelado e descartado em local adequado e ambientalmente correto (no aterro sanitário);
- * Serviço de **capina manual ou regularização de terra de canteiro**, com uso de enxada, em terrenos ou canteiros do município, compreendendo:
- Capina manual de ervas daninhas em gramados, arrancado ou capinado com enxada, evitando ao máximo a degradação da grama.

**MUNICÍPIO DE CEÚ AZUL**

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb Deitos, 1426 - Centro - CEP 85840-000 - Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 - e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

- Regularização de terra ou preparo de canteiro para cultivo de flores;
 - O resíduo capinado deve ser rastelado e descartado em local adequado e ambientalmente correto (no aterro sanitário);
- * Serviço de **limpeza manual de calçadas ou pavimentação com pedra irregular**, compreendendo:
- Remoção manual ou com uso de enxada, de ervas daninhas em calçadas ou pavimentação com pedra irregular, evitando a danificação da calçada durante e remoção.
 - O resíduo capinado deve ser rastelado e descartado em local adequado e ambientalmente correto (no aterro sanitário);
- b) Os serviços deverão ser executados pela contratada, através de seus trabalhadores pertencentes ao seu quadro societário ou vínculo de trabalho com a empresa, utilizando-se de ferramentas, equipamentos, máquinas e uso de EPI's;
- c) Os serviços deverão ser executados na quantidade solicitada pela Administração, nos locais indicados na ordem de serviço. Tendo como prazo de execução de até 5 dias úteis para pedidos de manutenção de até 2.000 m² e de 15 dias úteis para pedidos acima 2.000 m². Sendo que os serviços serão executados conforme necessidade e demanda da Administração; Sendo a quantidade apenas uma estimativa.
- d) Todos os materiais e equipamentos, necessários para execução dos serviços deverão estar previstos no valor unitário proposto;
- e) Os serviços executados em vias ou espaços públicos devem ser sinalizados com cones para alerta, a fim de evitar acidentes;

Lote 4 - Serviços poda e remoção de árvores**Participação exclusiva de ME, EPP e MEI**

| Lote | Item | Qtde Estimada | Unid. | Descrição do Serviço | Valor Máx. Unit. | Valor Total |
|------------------------------|------|---------------|-------|--|------------------|-------------|
| 4 | 1 | 500 | Unid. | Serviço de poda de árvore , compreendendo: - Poda de árvore, de forma a desobstruir a passagem nas calçadas, estética ornamental, ou desobstrução da iluminação pública. - O resíduo da poda devem ser coletados e descartado em local adequado e ambientalmente correto (no aterro sanitário); | 116,03 | 58.015,00 |
| 4 | 2 | 50 | UNid | Serviço de remoção de árvore de porte pequeno e média até 8 metros de altura , compreendendo: - Remoção de árvore, morta ou com estrutura condenada ou que apresente risco a imóveis ou circulação de pedestres - A lenha da remoção até 20 cm de diâmetro deve ser disponibilizado em local indicado pela Administração e os demais resíduos da remoção devem ser coletados e descartado em local adequado e ambientalmente correto (no aterro sanitário); | 257,55 | 12.877,50 |
| 4 | 3 | 30 | Unid | Serviço de remoção de árvore de porte grande mais 8 metros de altura , compreendendo: - Remoção de árvore, morta ou com estrutura condenada ou que apresente risco a imóveis ou circulação de pedestres. - A lenha da remoção até 20 cm de diâmetro deve ser disponibilizado em local indicado pela Administração e os demais resíduos da remoção devem ser coletados e descartado em local adequado e ambientalmente correto (no aterro sanitário); | 274,73 | 8.241,90 |
| Valor total máximo do Lote 4 | | | | | | 79.134,40 |

**Especificação dos serviços:**

- Os serviços deverão ser executados pela contratada, através de seus trabalhadores, pertencentes ao seu quadro societário ou vínculo de trabalho com a empresa, utilizando-se de ferramentas, equipamentos, máquinas e uso de EPI's.
- Os serviços de poda ou remoção deverão ser executados com ferramentas e equipamentos evitando acidentes ou danos a imóveis do município ou terceiros ou mesmo em rede elétrica, a empresa prestadora do serviço será responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo.
- Os serviços deverão ser executados na quantidade solicitada pela Administração, nos locais indicados na ordem de serviço. Tendo como prazo de execução de até 5 dias úteis para pedidos de poda ou remoção de até 10 árvores e de 15 dias úteis para pedidos acima 10 árvores. Sendo que os serviços serão executados conforme necessidade e demanda da Administração, Sendo a quantidade apenas uma estimativa.
- Todos os materiais e equipamentos, necessários para execução dos serviços deverão estar previstos no valor unitário proposto.
- Os serviços executados em vias ou espaços públicos devem ser sinalizados com cones para alerta, a fim de evitar acidentes.

ESPECIFICAÇÕES VÁLIDAS PARA TODOS OS LOTES/ITENS DE SERVIÇOS:

- O registro de preços objeto da presente licitação terá vigência de 12 (doze) meses, devendo nesse período a empresa fornecedora executar os serviços quando solicitado pela Administração. Alertando que as quantidades são estimadas não havendo obrigação da aquisição de sua totalidade, sendo solicitado o efetivamente necessário e conforme disponibilidade financeira para pagamentos.
- É importante que todos os interessados na participação da licitação, realizem visita ou vistoria nas ruas para verificação das condições e estados que se encontram as boca de lobo, as calçadas e meio, os gramados e canteiros, e as estruturas de árvores, para a correta mensuração dos custos dos serviços, pois não serão aceitos alegações posteriores.
- Caso o licitante participante da licitação, não mantenha sua proposta de preços quando convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, estará suscetível a aplicação de multa de 10% do valor da proposta e suspensão da participação de licitações junto ao Município de Cêu Azul. Quando os preços ofertados demonstrarem indícios de inexequibilidade, poderá ser solicitado planilha de composição dos custos a empresa licitante, demonstrando a viabilidade de execução, sob pena de desclassificação da proposta, aplicação de multa de 10% do valor da proposta e aplicação de penalidade de suspensão.
- O julgamento da presente licitação será pelo menor preço por lote. Será desclassificada a proposta que não apresentar preço para todos os itens do lote, por inviabilizar o julgamento;
- A empresa classificada em primeiro lugar deverá reapresentar, no prazo de 24 horas da notificação, proposta com os valores unitários dos serviços totalizando o valor total ofertado no lance verbal para o lote.

4. DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

- Os serviços deverão ser executados pela empresa, nos locais e quantidades indicadas pelo Departamento solicitando, nos prazos estabelecidos para cada lote.
- Caso os serviços não sejam executados nos prazos estabelecidos, sejam executados de forma irregular, executados sem o uso de equipamentos e ferramentas apropriadas, ou qualquer desconformidade quanto as especificações dos serviços, será motivo para a rescisão unilateral da ata de registro de preços, aplicação de multa e suspensão da participação de licitações junto ao Município de Cêu Azul

5. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizado pela equipe técnica da secretaria de viação e obras, departamento de Urbanismo e Limpeza Publica, sendo designado como fiscal o Senhor: Darci Alves, ao qual compete a solicitação dos serviços, o acompanhamento do prazo de entrega/execução, o recebimento dos serviços, conferência do atendimento às características mínimas solicitadas, a medição dos serviços e liberação dos pagamentos.
- Fica incumbido ainda ao fiscal a notificação de qualquer irregularidade, tanto ao prestador dos serviços, quanto a autoridade competente quanto a tomada de providência de rescisão da Ata ou aplicação de penalidade

**6. DO PAGAMENTO**

- Do Prazo de Pagamento:** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços e mediante a apresentação das notas fiscais. O faturamento deverá estar acompanhada de relatório dos serviços prestados, contendo o serviço, quantidade, local e valor. A liberação do pagamento ainda estará condicionada a liberação pelo fiscal dos serviços e em caso ocorra algum fato de irregularidade o pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
- Da forma de Pagamento:** O pagamento será efetuado através de depósito bancário em conta do fornecedor.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias.

| Fonte | Cód. Cat. Econ. | Cód. Desp. | Nome da Categoria Econômica | NOME DA UNIDADE |
|-------|-----------------|------------|--|----------------------------|
| 0 | 3390303900 | 3668 | DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR | DPTO OBRAS E VIAS PÚBLICAS |

E outros possíveis desdobramentos orçamentários, a serem indicados quando da solicitação dos serviços.

8 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DOS SERVIÇOS

Atualmente os espaços públicos, como: imóveis públicos, ruas, calçadas/passeios públicos, meio-fio, praças, encontram-se em situações precárias necessitando de urgente intervenção para o restabelecimento da limpeza e funcionalidade, retomando a urbanidade dos espaços, sua limpeza e conservação.

Observa-se nas ruas da cidade o crescimento de **vegetação em calçadas e sarjetas de ruas**, trazendo imagem de abandono e poluição, ocorrendo nessa vegetação o acúmulo de lixo, como sacolinhas e embalagens de alimentos como salgadinhos, copos plásticos, garrafas, latinhas entre outros, tornando-se focos de criadouro do mosquito da dengue, sendo que o município teve o registro de vários casos de dengue no último mês, necessitando a intervenção para a prevenção da dengue. Outro fator é que a vegetação constante nas calçadas, além de dificultar a locomoção dos pedestres em especial os portadores de alguma deficiência ou dificuldade de locomoção como os idosos, pode abrigar animais peçonhentos, a vegetação provoca a deterioração do passeio/calçada, necessitando de maior intervenção com maiores custos para recuperação das calçadas, como será necessário em diversos trechos da cidade.

Diante da situação da impregnação da vegetação em calçadas e diante outros fatores como erosão, necessita-se promover a **manutenção e restabelecimento da funcionalidade das calçadas e passeios públicos**, a fim evitar inconvenientes de acidentes/quedas de pedestres, ou mesmo a circulação na vida devido a situação precária das calçadas. Fazendo-se necessário a urgente manutenção desses espaços.

De semelhante modo a **manutenção dos meio-fio** em locais que se encontram danificados, é essencial para a conservação do pavimento da rua e a estrutura das calçadas, considerando que nos locais danificados ocorre a erosão pelas chuvas fortes, degradando a base da calçada, deslocando as lajotas e paver, comprometendo a funcionalidade e estrutura do passeio.

Faz-se necessário a **remoção dos resíduos que se acumulam nas sarjetas dos meios fios**, em especial as terras, arreias e pedras de obras em construção, que são carregados pelas águas das chuvas, cujos resíduos além de provocarem o crescimento de ervas daninhas, quando espalhadas na via dificulta e frenagem dos veículos, ou mesmo derrapagem, podendo ser fator de grave acidente, especialmente para ciclistas.

Observa-se que item de infraestrutura urbana interfere em outro, assim faz-se necessário a **manutenção das bocas de lobo**, sendo que muitas encontram-se obstruídas pelos resíduos de vegetação, lixo e resíduos carregados pelas chuvas, provocando o alagamento de trechos de rua com transbordamento da água pluvial, provocando novas erosões, danificando calças, e até em casos extremos alagamento de imóveis.

Dentro da estrutura urbana existem as praças, jardins, campos esportivos, lago, que necessitam de constante manutenção, nesses espaços observa-se a grande quantidade de **ervas daninhas nos gramados**. Sendo que atualmente a administração procede apenas o corte ou roçada da grama, não havendo o serviço de remoção das ervas daninhas. As ervas daninhas quando instaladas nos gramados necessitam ser removidas de forma manual, preservando o gramado, e caso não sejam removidas, provocarão a degradação total do grama, havendo assim a necessidade de replantio de toda a área de grama.

Outro fator que interfere na mobilidade urbana, limpeza e conservação é a realização de **podas de árvores** que se encontram plantadas nas áreas de calçadas, cuja falta de poda impede ou atrapalha o uso da



MUNICIPIO DE CEU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

calçada, levando o pedestre a transitar na via, bem como compromete a iluminação pública gerando insegurança. E ainda a remoção de árvores que se encontram em risco de queda.

A **manutenção dos canteiros mediante o plantio e cultivo de flores e plantas ornamentais**, é necessária para manter embelezada o perímetro urbano, influenciando diretamente na autoestima do cidadão e visitantes. Fazendo-se necessário a manutenção das floreiras e canteiros da cidade, mediante o plantio, rega, remoção de ervas daninhas, construção ou reformas das floreiras.

Todas as justificativas e problemas relatados acima, podem ser visualizados por qualquer cidadão, sendo motivo de diversos requerimentos de vereadores solicitando providências ao executivo, reclamação dos municípios e conforme registros fotográficos em anexo ao processo.

Céu Azul, abril de 2021

Darci Alves

Diretor de Departamento de Viação, Obras e Urbanismo



MUNICIPIO DE CEU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei. nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possuímos em nosso quadro pessoal empregado(s) menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14(catorze) anos de idade, se for o caso, nos termos do inciso XXXIII do Artigo 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmamos a presente

_____ de _____ de 2021

Nome do Representante Legal:

CI-RG

CPF/MF

(Carimbo do CNPJ)



MUNICIPIO DE CÊU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb, Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuzul.pr.gov.br

ANEXO V

DECLARAÇÃO IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cêu Azul

Pregão nº 36/2021

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade de Pregão Presencial, instaurado pela Prefeitura Municipal de Cêu Azul, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme determina o artigo 32, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2021

Rep. Legal:
CI-RG:
Cargo:

(Carimbo do CNPJ)



MUNICIPIO DE CÊU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb, Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuzul.pr.gov.br

ANEXO VI – MODELO PROCURAÇÃO

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede _____, neste ato representada pelo(s) _____ sócios, Sr. _____, RG _____ CPF/MF _____ residente na _____ nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____ pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(s) o Senhor (s) _____, RG _____ CPF/MF _____ residente na _____ nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Município de Cêu Azul, praticar os atos necessários com relação a licitação na modalidade de Pregão Presencial sob nº _____, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, obtendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

_____ de _____ de 2021.

(Nome e assinatura)

(deverá ser através de procuração pública ou procuração particular acompanhada de contrato social, com firma reconhecida)



ANEXO VII

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ----

PREGÃO nº 36/2021 – Forma Presencial

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CÊU AZUL – PR**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Av. Nilo Umberto Deitos nº 1426, inscrito no CNPJ/MF nº 76.206.473/0001-01, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **LAURINDO SPEROTTO**, residente e domiciliado na Rua Curitiba, Centro, Cêú Azul - PR, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.478.637-6 SSP - PR, e CPF nº. 241.960.109-20, doravante denominado **Órgão Gerenciador**, e a

Empresa -----, CNPJ: -----, com sede na Rua ----, nº --, Bairro -----, Município de ---- - PR, Telefone: ---, E-mail: -----, representado pelo Sr. -----, CPF: -----; Doravante denominado **Fornecedor**.

Firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, sujeitando-se às normas constantes na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

– O objeto da presente Ata de Registro de preços é o **Registro de Preços de serviços de limpeza de boca de lobo, manutenção de calçada e meio fio, capina manual de ervas daninhas em gramados, canteiros, terrenos e calçadas, poda e remoção de árvores, observadas as características de demais condições definidas no edital e seus anexos (Registro de preços com vigência de 12 (doze) meses);**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRODUTOS, QUANTIDADES, VALORES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

– Os preços registrados, valores unitários e totais, as quantidades estimadas e especificação dos produtos/serviços, são os conforme tabela abaixo:

| Item | Quantidade Estimada | Unidade | Descrição do Produto | Marca | R\$ Unitário | R\$ Total |
|-------|---------------------|---------|----------------------|-------|--------------|-----------|
| -- | --- | --- | ----- | ---- | ---- | ---- |
| Total | | | | | | |

– Os preços dos bens a serem adquiridos correspondem aos constantes nesta Ata de Registro de Preços, conforme tabela constante no item 2.1 da Cláusula Primeira, sendo que o valor estimado para a aquisição de bens/serviços durante o prazo de vigência da ata é de **RS ---- (--)**;

– Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto correrão por conta dos recursos das secretarias municipais, através das seguintes dotações orçamentárias:

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

| Fonte | Cód. Cat. Econ. | Cód. Desp. | Nome da Categoria Econômica | NOME DA UNIDADE |
|-------|-----------------|------------|--|----------------------------|
| 0 | 3390303900 | 3668 | DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR | DPTO OBRAS E VIAS PUBLICAS |

E outros possíveis desdobramentos orçamentários, a serem indicados quando da solicitação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 – Os serviços deverão ser executados no município de Cêú Azul, no prazo estabelecido para cada lote de serviços, conforme a solicitação formal pela Administração Municipal, na quantidade solicitada, no local indicado na ordem de serviços, sendo que os serviços serão solicitados parceladamente conforme a necessidade da Administração Municipal, tendo como período de solicitação o prazo de vigência do presente registro de

preços, que é de 12 (doze) meses; Considerando que a presente licitação é um Registro de Preço a mesma gera apenas expectativa de execução dos serviços, não gerando obrigatoriedade de aquisição de toda a quantidade pela Administração Municipal;

3.2 - Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas à execução dos serviços, como: técnicos, epi's, ferramentas, equipamentos, materiais necessários para os serviços conforme para cada item de serviço, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação, conforme especificação dos serviços

3.3 – Todo serviço que apresente má qualidade, executado de forma irregular ou insatisfatório, deverá ser feito imediatamente pelo fornecedor. Quando os serviços ofertados pelo proponente forem considerados de qualidade ruim e desta forma não atenda as necessidades de desempenho e qualidade esperados e desejados pela Administração Municipal, poderá ser cancelado o item, mesmo após a assinatura da Ata de Registro de Preços;

3.4 - Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade executada é menor que a constante na nota fiscal deverá ser imediatamente complementada.

3.5 - Todas as hipóteses dos itens 3.3 e 3.4 são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e instauração de processo de notificação e apuração de irregularidades, podendo culminar na aplicação de penalidade e rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços.

3.6 – Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de notificação ao fornecedor.

3.7 – Se os serviços não forem refeitos no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no edital e nesta ata de registro de preços.

3.8 – O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos serviços executados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a entrega das notas fiscais preenchidas corretamente na quantidade entregue, e aceita pela Administração Municipal. O faturamento deverá estar acompanhado de relatório dos serviços prestados, contendo o serviço, quantidade, local e valor. A liberação do pagamento ainda estará condicionada a liberação pelo fiscal dos serviços e em caso ocorra algum fato de irregularidade o pagamento ficará suspenso até a devida regularização.

4.2 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário em conta do fornecedor.

4.3 – A Nota Fiscal não aprovada será devolvida ao fornecedor para as necessárias correções, apontando-se os motivos que motivaram sua rejeição.

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

5.1 – O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de ----- a -----.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1 - Compete a Administração Municipal:

- Administrar a presente ata de registro de preços;
- Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;
- Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas;

6.2 - Compete ao Fornecedor

- Executar pelo período de 12 (doze) meses, os serviços aqui registrados dentro dos padrões definidos no Anexo III do Edital de Pregão nº 36/2021;
- Apresentar as notas fiscais devidamente preenchidas para que seja efetuado o seu pagamento;
- Cumprir com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, bem como quanto ao constante no Edital do Pregão nº 36/2021, propostas de preços e documentação de habilitação apresentada;
- Manter a regularidade fiscal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apresentada na habilitação da licitação



e) Apresentar cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

CLÁUSULA SÉTIMA – REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 – Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados

7.2 – Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços;

7.2.1 – Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo o Município convocar os demais fornecedores classificados, para nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela;

7.3 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, antes do pedido de fornecimento dos serviços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos serviços, decorrentes de fatos supervenientes. Todos os pedidos de serviços emitidos e encaminhados pela Administração para a empresa antes do protocolo do pedido de requerimento de reajuste, deverão ser executados nos preços registrados sob pena de aplicação de penalidade.

7.3.1 – Procedente o pedido, a Administração Municipal, providenciará a alteração dos preços registrados.

7.3.2 – Não sendo acatado o pedido de revisão, a Administração poderá:

7.3.2.1 – Liberar o fornecedor do cumprimento assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Registro de Preços poderá ser cancelado pela Administração quando:

a) o fornecedor não cumprir com as condições estabelecidas no instrumento convocatório e na presente ata de registro de preços;

b) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução do Registro de Preços;

c) os preços registrados se apresentarem superiores aos do mercado e o fornecedor não reduzir para o patamar dos praticados no mercado;

d) poderá ser cancelado no Registro de Preços do produto com qualidade e desempenho inferiores dos esperados e desejados pela administração;

e) o fornecedor der causa à rescisão por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei 8.666/93;

f) por razão de interesse público, devidamente justificado pela Administração.

8.2 – Pela empresa fornecedora, mediante solicitação por escrito, comprovando a impossibilidade de cumprir com as exigências diante de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução da ata, com antecedência de no mínimo de 30 (trinta) dias

8.2.1 – Caso não se verifique fundamentação em sua solicitação a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis 8.666/93 e Lei 10.520/02, conforme o caso, bem como aquelas dispostas no respectivo instrumento convocatório.

8.3 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração Municipal

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 – O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação pela Administração, garantido o contraditório e a ampla defesa à beneficiária da presente ata, das seguintes sanções, independente de outras previstas

I – Multa moratória, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento) na hipótese de atraso no adimplemento de obrigação por parte da beneficiária da ata na seguinte proporção:

I.1 – de 1% (um por cento) sobre o valor total do pedido, por atraso injustificado, de 1 (um) dia;

I.2 – de 3% (três por cento) sobre o valor total do pedido, por atraso injustificado, de 2 (dois) dias;



1.3 – de 6% (seis por cento) sobre o valor total do pedido, por atraso injustificado, de 3 (três) a 5 (cinco) dias;

1.4 – de 10% (dez por cento) sobre o valor total do pedido, por atraso injustificado, acima de 5 (cinco) dias;

1.5 – no caso de reincidência:

1.5.1 – do item 1.1 será aplicada a multa do item 1.2;

1.5.2 – do item 1.2 será aplicada a multa do item 1.3;

1.5.3 – do item 1.3 será aplicada a multa do item 1.4;

1.5.4 – do item 1.4 a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do pedido;

II – Multa compensatória, de até 20% (vinte por cento), sobre o valor da parte inadimplida, nas seguintes hipóteses, entre outras:

Fraude na execução do objeto registrado;

Comportamento inidôneo;

Cometimento de fraude fiscal;

III – O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata, apresentar documentação falsa, deixar de entregar os documentos exigidos no certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal de Cêu Azul;

9.2 – A partir do 6º (sexto) dia útil de atraso injustificado da entrega estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no inciso II do item 9.1.

9.3 – O valor da multa poderá ser descontada do pagamento a ser efetuado ao fornecedor.

9.3.1 – Esgotados os meios administrativos para a cobrança do valor devido pelo fornecedor à Administração, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.4 – A sanção prevista no inciso II do item 9.1 poderá ser aplicada cumulativamente com as multas previstas nos incisos I e II do mesmo item.

9.5 – Caso o prejuízo exceda o valor da multa do inciso II do item 9.1 fica autorizado ao credor exigir indenização suplementar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a ineligível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 - Fone/Fax: (45) 3121-1000
CNPJ 76.206.473/0001-01 - e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante contratada, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Integram a presente ata todos os documentos constantes no processo de Pregão Presencial nº 36/2021 do Processo, bem como deve ser cumprido o constante no processo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de junho de 2002, o Decreto Municipal nº 1.863/2006, o Decreto Municipal nº 1.864/2006, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores.

11.2 - As entregas dos produtos serão fiscalizados pela Secretaria Municipal solicitante. Sendo assim designada como fiscal e Gestora da Ata de Registro e Preços a Secretária Municipal de Viação e Obras Sr. Darci Alves.

11.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, para dirimir as dúvidas e os casos omissos.

11.4 - E, por assim estarem justas e compromissadas, assinam a presente ATA de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

LAURINDO SPEROTTO
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

Cêu Azul, -----

Fornecedor

Darci Alves
Fiscal e Gestor da Ata de Registro de Preços



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 - Fone/Fax: (45) 3121-1000
CNPJ 76.206.473/0001-01 - e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

DECLARAÇÃO

(nome/razão social) _____, inscrita no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade
nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas
da lei e para os fins de direito e disposições do presente edital, ser microempresa ou empresa de pequeno porte
nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no artigo 3º da Lei
Complementar 123/06.

Cidade (UF) _____ de _____ de 2021.

(representante legal)

(obs. Deverá ser anexado ao credenciamento)



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

Eu _____ CPF: _____ e
RG: _____, sócio administrador / representante legal da proponente
_____, CNPJ: _____,

DECLARO, para fins de cumprimento do disposto na *Súmula Vinculante 13/STF* de 21 de agosto de 2008 e acórdão 2745/10 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que os sócios, bem como o credenciado para esta licitação:

() Não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

() Possui o grau de parentesco e/ou vínculo por afinidade ou consanguinidade prescrito pela *Súmula Vinculante 13/STF* e acórdão 2745/10 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em relação aos seguintes agentes públicos:

Nome: _____ Ente: _____

Nome: _____ Ente: _____

Nestes termos, assumo total e integral responsabilidade pelas informações acima prestadas, estando ciente das implicações criminais, cíveis e administrativas que dela podem resultar em especial ao que preceitua o art. 299 do Código Penal Brasileiro, DL 2.848/1940, conforme a seguir se apresenta:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.”

Cêu Azul, ____/____/____.

Responsável Legal